



HISTORIOGRAFIA DO GOLPE DE 1964 A PARTIR DOS ESTUDOS SOBRE O INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPÊS)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3603

Luana Carolina dos Santos, UEM

Resumo

Esta apresentação está vinculada ao projeto de pesquisa de Iniciação Científica intitulado *Historiografia do Golpe de 1964 a partir de estudos sobre o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês)*. Neste estudo, tem-se por objetivo fazer um balanço bibliográfico parcial relacionado ao papel desempenhado pelo Ipês na articulação do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Essas reflexões visam principalmente apontar como as propagandas anticomunistas e contrárias ao governo de João Goulart, feitas pelo Ipês auxiliaram na articulação do golpe que desembocou na implantação de uma ditadura militar no Brasil. Por intermédio desse estudo será possível analisar o papel do Ipês nas articulações golpistas arquitetadas por militares, políticos, representantes do empresariado nacional e internacional. Para tanto, privilegiaremos a análise da obra de René Dreifuss *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (1981), que possibilita desvendar o processo de preparação do Golpe e o papel desempenhado pelo Ipês naquele processo. Nesse percurso, acrescenta-se o livro de Denise de Assis *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe* (2001) que aponta mais especificamente o envolvimento de setores empresariais nas atividades golpistas e a produção áudio visual do Ipês destinada a fomentar na população brasileira a crítica ao governo Goulart e o apoio às atividades golpistas. Para concluir, discorreremos sobre os estudos historiográficos relacionados à ditadura militar brasileira realizados por Carlos Fico e Marcos Napolitano. Finalmente, esses trabalhos serão articulados para poder-se melhor compreender a participação do Ipês no golpe civil-militar brasileiro.

Palavras Chave:

Golpe de 1964; Revisão bibliográfica; Ipês.

Introdução/justificativa

Inserida no contexto mundial da Guerra Fria, a América Latina presenciou a disseminação de ditaduras militares e de intensa repressão política e social a partir, principalmente, de 1960. No caso do Brasil não foi diferente, sofrendo após intensa articulação de setores industriais nacionais e internacionais conjuntamente com militares e parte da elite civil, um golpe civil-militar em 1964. Este foi construído no imaginário popular com intensas propagandas anticomunistas, principalmente focadas na pessoa de João Goulart e nas reformas de base.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), então, surgiu em 1961, efetivamente, porém seus participantes já estavam a se articular desde meados do fim do governo de Juscelino Kubitschek. Segundo Dreifuss (1981), foi formado um complexo com diversos posicionamentos ideológicos unificados em seu caráter anticomunista, suas relações com o capital multinacional associado e ainda em seus desejos de reformularem o Estado. Um olhar atento sobre a documentação oficial do Instituto nos informa muito sobre os objetivos do Instituto: “*ver, julgar e agir*” em relação ao programa de governo de João Goulart (ASSIS, 2001).

As reuniões do Instituto teriam começado com o empresário estadunidense Gilbert Huber Jr., junto com Paulo Ayres Filho – este antes da concretização do Ipês já distribuía panfletos com caráter anticomunista – e alguns outros jovens empresários. Desta forma, inicia-se com um núcleo de pelo menos cinquenta membros entre empresários, militares, intelectuais e políticos que tinham como obrigação convidar mais membros (DREIFUSS, 1981).

Além de seus efetivos participantes, o Ipês também recebeu apoio do empresariado internacional, da Igreja Católica e ainda da grande mídia. A

produção do Instituto ia desde de panfletos até documentários carregados de propagandas que eram apresentadas antes da exibição de obras cinematográficas nos cinemas até a o apoio a “*Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*” em seu desenvolvimento da “*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*” (ASSIS, 2001). Assim, o Ipês demonstrava a capacidade de unir setores conservadores e portadores do capital, de coagir a ação de luta dos trabalhadores, e os induzir a acreditar nos perigos pelos quais supostamente o Brasil estava passando naquele momento devido a ameaça comunista.

Dessa forma, este trabalho pretende fazer um apanhado da literatura do golpe civil-militar de 1964 a partir deste Instituto. Considerando inicialmente as controvérsias existentes na historiografia sobre a Ditadura Militar brasileira apresentada na obra de Carlos Fico, “*Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*” (2004) percebendo a mudança no uso de fontes e análises conforme os avanços destes estudos iniciados principalmente após 1980 entre os brasileiros.

Marcos Napolitano (2012), por sua vez ressalta que os estudos acadêmicos feitos com a temática da Ditadura Militar no Brasil, foram inicialmente e com maior volume desencadeados por sociólogos e cientistas políticos. Estes, abordavam principalmente questões estruturais, e tinham visões controvérsias tanto quanto as classes conceituais, quanto as explicações do desencadeamento do golpe. No campo historiográfico por sua vez, um dos primeiros escritores a serem ressaltados foi o Skidmore (2010), brasileiro que em uma narrativa “cronológica e linear” buscou demonstrar os fatos ocorridos antes do golpe de 1964 (FICO, 2004).

A base teórica deste artigo foi desenvolvida a partir de René Dreifuss –

cientista político e historiador uruguaio –, em sua obra *“A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe”* (1981) em que o autor trata dentre outros fatores a ampla articulação de diversos setores no golpe deflagrado em 1964. Adicionalmente, foi utilizado o livro *“Propaganda e Cinema a Serviço Golpe: 1962/1964”* (2001) de Denise de Assis, em que a autora analisa os documentários produzidos pelo instituto além de outras atuações e seus personagens.

A partir do exposto, procurou-se identificar outros trabalhos realizados sobre as relações entre o golpe e o instituto que ultrapassam as fronteiras da análise histórica propriamente dita. Esses trabalhos podem ser encontrados na área de comunicação – principalmente quanto a produção fílmica do mesmo – e ciências sociais. Para assim, a partir da leitura e análise dos estudos que tratam especificamente do instituto poder-se-á criar novas problematizações e incitar mais estudos sobre esta temática, que denota um leque de abordagens bastante interessante. Nesse sentido, podemos perceber a importância deste estudo proposto por nós e como tal trabalho pode contribuir para o campo da História do Brasil.

Objetivos

Este artigo pretende fazer um levantamento bibliográfico acerca do golpe civil-militar ocorrido em 1964, no Brasil, a partir da atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês). Com a leitura e a análise de estudos sobre a historiografia de tal período, além de trabalhos de outras áreas como ciências sociais, comunicação e jornalismo. Para assim analisar as diversas abordagens sobre esta temática.

Além disso, pretende-se analisar o uso das propagandas contrárias ao governo de João Goulart, com o intuito de preparar a sociedade para o golpe. Principalmente as feitas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), objeto

de estudo desta pesquisa. Para, além disso, apresentar seu papel na preparação do golpe civil-militar brasileiro.

Desenvolvimento

Os participantes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) articulavam-se desde meados de 1950 no governo de Juscelino Kubistchek, criticando principalmente os altos índices inflacionários. Neste governo fortalecem-se o que Dreifuss (1981) chama de anéis tecno-burocráticos que possuíam administração paralela ao governo. Além disso, os empresários ligados ao capital multinacional associado criaram associações de classe como o Concelho das Classes Produtoras (CONCLAP). Desta forma, os detentores do capital industrial construíram certa solidariedade de classe e articulações mais próximas envolvendo outros setores como a Escola Superior de Guerra.

A Escola Superior de Guerra (ESG), por sua vez, foi criada em 22 de outubro de 1948, pelo Decreto nº 25.705 e, posteriormente, foi organizada de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. E a criação desta instituição contou com o apoio dos Estados Unidos. Esta tornou-se com o tempo principal centro de inteligência, não só do exército, já que formava também com seus cursos civis da elite. Nesse núcleo, então foi elaborada a Doutrina de Segurança Nacional, que tinha em seu caráter anticomunista uma de suas principais características. Apesar de algumas divergências em relação ao modelo, ele passou a ser base da ESG, principalmente devido ao contexto gerado pela Guerra Fria e posteriormente as repercussões da Revolução Cubana, ocorrida em 1959 (FAGUNDES, 2014).

Ou seja, é possível vislumbrar que militares, civis e empresários ligados ao capital multinacional associado mantinham articulações e discussões sobre o contexto brasileiro. Porém, eles se sentiram de certa forma,

“esperançosos” quando em 1961 assume Jânio Quadros devido seu caráter conservador. Mas com sua renúncia causou intensa frustração entre civis, empresários e militares, principalmente devido a posse de João Goulart (OLIVEIRA, 2008).

Logo, que Goulart assume, segundo Dreifuss (1981) o bloco que o autor chama de modernizante conservador – formado por militares, elite civil e empresarial – já colocou em prática estratégias para diminuir o poder do Executivo, com a instauração do Parlamentarismo. Este modelo político, por sua vez, foi destituído em 1963 por um plebiscito. Goulart então com ideias baseadas no ideal nacional reformista passa a defender as reformas de base. Estas foram também defendidas e cobradas pela classe trabalhadora.

A partir disso, o Ipês foi concretizado como instituto, ou seja, seus membros que já estavam em discussão desde meados de 1950 se uniram em torno de tal instituto. E, então passou a fazer intensa propaganda contra o governo de Goulart. Isso fica evidente, por exemplo, quando o líder da organização em São Paulo, Paulo Ayres Jr. E Oliveira (2008, p.4) ressalta que a agremiação não era apenas propagandista e que “representava um núcleo de uma elite empresarial bem equipada, dotada de grande visão política, econômica e ideológica”.

Dessa forma, a Instituição se organizava segundo Pereira (2013, p.5) em três setores, sendo eles de “análise, educacional e pesquisas”. Assim, desenvolvia atividades de instrução de entidades estudantis e sindicais e para tal desenvolvia estudos sobre questões políticas, econômicas e sociais do Brasil, regra geral apoiadas pelos intelectuais membros do Instituto. Para assim poderem divulgar para sociedade seus resultados e ainda, instruírem sobre as medidas que deveriam ser executadas no Brasil.

A ação do Instituto então foi inicialmente feita na distribuição de panfletos, palestras e na produção fílmica de quinze documentários analisados na obra de Denise de Assis em seu livro *Propaganda e Cinema a serviço do golpe*. Esses filmes se apresentavam segundo a autora, de modo sofisticado e com linguagem propícia ao convencimento da classe trabalhadora acerca de assuntos como a crise econômica, o Nordeste, as greves, reforma agrária, trabalho nas indústrias, dentre outros. Sempre ressaltando como inimigos os comunistas, os trabalhadores e estudantes que iam as ruas como agitadores e causadores da desordem social (CORRÊA, 2006).

O documentário “Nordeste, problema número 1” de 1962, por exemplo, abordava principalmente a contrariedade entre o tradicional e o moderno quanto ao trabalho. Demonstra o trabalhador nordestino como um homem de superação, pois estava desprovido de segurança no trabalho. Além disso, aborda a questão da Reforma Agrária no Nordeste, tema tão relevante na época com as lutas por reformas de base personalizadas entre as classes trabalhadoras e o próprio governo Goulart. E, por fim, causando sensações de lastimas entre os espectadores apresentou crianças brasileiras (VILLELA, 2014).

Os assuntos dos documentários tinham então, além de seu caráter anticomunista e anti Goulart, o objetivo de impor suas perspectivas sobre o contexto brasileiro coibindo a criticidade da classe de trabalhadores. Dessa forma, pretendiam provar que as suas visões e objetivos não eram só benéficas para seus membros (BORTONE, 2014), mas para toda a sociedade. Pois, é relevante ressaltar que tal Instituto se intitulava como “apartidário e sem interesses exclusivos de classe” (DREIFUSS, 1981, p. 163). Desse modo (está a abusar muito do dessa forma), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, formado por

empresários multinacionais associados, militares e civis se uniram e estabeleceram estratégias de ações diretas na sociedade.

Considerações finais

O presente trabalho, foi iniciado recentemente e, em decorrência, seus resultados ainda são bastante parciais e provisórios. Em consequência, a pesquisa encontra-se inicialmente no estágio de levantamento e leitura de livros e textos tanto sobre a historiografia do golpe, presente por exemplo em Carlos Fico *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar* (2004). E na construção do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais nas obras de René Dreifuss *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (1981) – este analisado também a partir de outros autores como Rejane Hoevelere e Demian Melo, *Muito além da conspiração* (2014). Acrescenta-se Denise de Assis, com seu livro *Propaganda e Cinema a serviço do golpe* (2001).

Apesar da sua fase embrionária, no desenvolvimento deste projeto já se nota que há muitas divergências quanto ao entendimento do golpe civil-militar de 1964, do Ipês e da ditadura militar como um todo, desde questões conceituais até caracterizações de seus personagens ora exaltados, ora criticados (FICO, 2004). Isso se reflete também nas caracterizações acerca do Ipês, que se diferencia a partir de sua abordagem, sendo muito diversa, desde seus participantes até os estudos mais recentes das fontes documentais disponibilizadas nos últimos anos.

Porém, factualmente podemos observar que a década de 1960 foi de extrema importância para o Brasil inserido em um contexto de Guerra Fria, e de instaurações de ditaduras militar em toda a América Latina. Naquele contexto, a luta anticomunista se tornou ainda mais exacerbada com a posse de João Goulart, em 1961, e os eventos que se sucederam que terminaram com um golpe civil-

militar em abril de 1964.

Outro fator relevante presente na historiografia sobre o Ipês é que o mesmo teve intensa participação na formulação do golpe. E foi formado por uma elite que apesar de possuírem posicionamentos ideológicos nem sempre homogêneos, conseguiram se organizar nos complexos Ipês e Ibad (DREIFUSS, 1981).

Dessa forma, conseguiram uma unidade que resultariam em grandes articulações que além de englobar a elite, buscava coagir as ações dos trabalhadores. Assim diferente do que os documentos oficiais do Instituto em que diziam ser uma agremiação apartidária, sem interesses de classe ou particulares mostraram-se na prática serem bem diferentes (DREIFUSS, 1981).

O golpe perpetrado contra a frágil democracia brasileira só se fez vitorioso, pois em sua articulação uniu elites dirigentes, empresários nacionais e internacionais e militares que com intensa propagandas e pressões políticas inauguraram o que configuraria vinte e um anos de regime ditatorial no Brasil. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), foi então muito presente nestas articulações amplas e do uso intenso de propagandas contrárias a João Goulart, a ação dos trabalhadores – considerados por eles como agitadores comunistas – e anticomunistas (ASSIS, 2001).

A partir desta perspectiva conclui-se a princípio que é possível visualizar uma preparação para o golpe com caráter de classe, conforme nos indica a obra de René Dreifuss. Mas é relevante ressaltar que há diferentes caracterizações por parte das memórias daqueles que viveram no período ditatorial, assim como pelos recentes estudos sobre a Ditadura Militar. Acrescenta-se que todo esse processo ainda é motivo de uma intensa disputa por intermédio da produção de discursos de diferentes matizes (FICO, 2004).

Referências

- ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema a Serviço Golpe (1962/1964)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- BORTONE, Elaine de Almeida. **A ação política do instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) através de documentários**. IN: Outros Tempos, vol. 11, n.17, p. 271-281. 2014.
- CARDENUTO, Reinaldo. **O Golpe no Cinema: Jean Mazon à sombra do Ipês**. IN: Discursos de intervenção: o cinema de intervenção ideológica para o CPC e o Ipês as vésperas do golpe de 64. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – ECA-USP, São Paulo, 2008.
- CORRÊA, Marcos. **A propaganda política do golpe de 1964 através dos documentários do Ipês**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, v. 3, Ano III, n. 1, p. 1-14 – jan./fev./mar. 2006
- DREIFFUS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.
- FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. **Do golpe à ditadura: a doutrina de segurança nacional e a construção do regime militar**. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014.
- FICO, Carlos. Além do golpe. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MELO, Demian Bezerra de; HOEVELER, Rejane Carolina. **Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René A. Dreiffuss**. Revista Tempos Históricos, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **O Golpe de 1964 e o Regime Militar Brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica**. Revista Contemporânea – historia y problemas del siglo XX, Montevideu, v. 2, n. 2, 2011.
- OLIVEIRA, Carlos Fellippe. **IPÊS e IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964**. 2008.
- PEREIRA, Aline Andrade. **Esclarecer e doutrinar: o Projeto Ideológico do Ipês**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Vol.7, n°2, dezembro 2013.